

## MOÇÃO Nº 002, DE 08 DE SETEMBRO DE 2009

*Recomenda sobre os usos múltiplos das águas, referente aos sistemas de abastecimento de água e lançamento de esgoto em corpos hídricos.*

O CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei nº 6.381, de 25 de julho de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 2.070, de 20 de fevereiro de 2006;

Considerando, os princípios estabelecidos no artigo 1º da Lei Estadual nº 6.381, de 25 de julho de 2001, que tem por objeto as águas superficiais, subterrâneas e meteóricas;

Considerando, os objetivos estabelecidos no artigo 2º da Lei Estadual nº 6.381, de 25 de julho de 2001;

Considerando que a água é um bem de domínio público;

Considerando que a gestão de recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;

Considerando que são objetivos da Política Estadual de Recursos Hídricos assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos; a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável;

### RESOLVE:

Aprovar Moção dirigida à Prefeitura Municipal de Belém para que seja atendido o princípio dos usos múltiplos das águas naquilo que for relativo aos sistemas de abastecimento de água e lançamento de esgoto em corpos hídricos, realizando as seguintes medidas:

I - integrar Belém como Região Metropolitana: em função da necessidade de articular os serviços de saneamento (água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos) de forma conjunta, considerando os corpos hídricos superficiais e subterrâneos de domínio estadual e a bacia hidrográfica como unidade de referência;

II - promover o uso racional do potencial dos mananciais existentes, evitando a proliferação de perfuração de poços para uso da água subterrânea;

III - implantar o disposto no Plano Diretor Urbano do município: prevendo a relação entre a expansão da rede, o ordenamento territorial e a bacia hidrográfica como unidade de referência;

IV - implantar instrumentos que garantam o acesso à água potável a população de baixa renda, como por exemplo, a tarifa social, bolsa ou outros subsídios;

V - considerar os direitos e responsabilidades dos usuários (concessionárias de abastecimento de água e da rede coletora de esgotos) no relativo a solução conjunta da coleta, tratamento e lançamento dos esgotos urbanos: estes são a

principal fonte poluidora dos recursos hídricos, comprometendo seus outros possíveis usos, como navegação, irrigação, pesca e lazer, além do próprio abastecimento de água dos municípios a jusante.